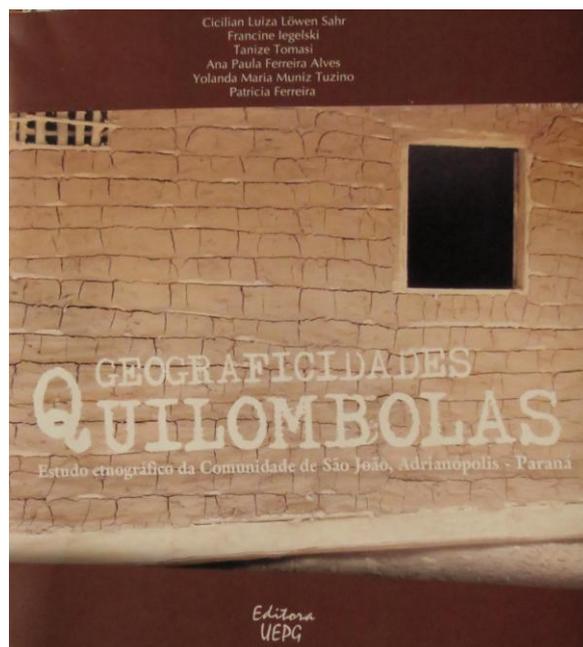


## RESENHA

SAHR, Cicilian Luiza Löwen et al. *Geograficidades quilombolas: estudo etnográfico da Comunidade São João, Adrianópolis - Paraná*. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2011. 208 p.



Luana Nunes Martins de Lima

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás  
Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás  
Graduada em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Universidade Federal de Goiás  
Câmpus Samambaia (Câmpus II). Caixa Postal: 131. Goiânia, GO.  
E-mail: luanunes\_7@hotmail.com

O livro “Geograficidades Quilombolas: estudo etnográfico da Comunidade São João, Adrianópolis – Paraná” trata-se de uma obra etnogeográfica que teve como objetivo a construção de uma “geograficidade histórico vivencial” por uma equipe multidisciplinar de pesquisadoras com a contribuição da comunidade em questão. O livro reúne informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas sobre esta comunidade.

No primeiro capítulo é feita uma introdução que aborda aspectos gerais da comunidade e expõe a metodologia e condicionantes da pesquisa. A Comunidade Quilombola de São João está situada na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, às margens do rio Pardo, pertencendo à zona rural do município de Adrianópolis, Paraná. Foi reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e é atualmente constituída por 14 famílias que se autodefinem quilombolas,

identificadas pelas autoras. Ela se insere ao conceito contemporâneo de quilombo e sua organização em associação se deu no contexto da luta quilombola que abrange todo o território nacional.

Os métodos adotados para a pesquisa que originou o livro estão embasados em ideias da *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados) de Anselm L. Strauss, da Hermenêutica Objetiva de Ulrich Övermann e da Descrição Densa de Clifford Geertz, incluindo alguns métodos compreensivos, comuns na antropologia, sociologia rural, geografia fenomenológica, história oral e *Rapid Rural Appraisal* (Diagnóstico Rural Participativo).

A metodologia da pesquisa consistiu em um processo dialógico entre a comunidade, que se tornou co-autora do estudo, e as pesquisadoras, que desenvolveram a observação participativa. Por meio de entrevistas, informações coletadas em campo e aplicação de algumas técnicas foi possível sistematizar o histórico da ocupação, a organização social e o ambiente de produção da comunidade.

O segundo capítulo apresenta os conceitos e concepções em torno da questão quilombola, da autoidentificação e da regularização fundiária. Primeiramente, faz-se uma discussão sobre a luta quilombola e sua repercussão na conceitualização acadêmica e na utilização política do conceito de quilombo. Esse conceito foi tratado de duas formas diferentes, uma de ordem econômica e política e outra de ordem culturalista, sendo sempre ressemantizado conforme a abordagem e a intenção dos pesquisadores, de acordo com a condição específica de cada comunidade estudada e sob as pressões do Movimento Negro e das políticas fundiárias e de reconhecimento de grupos étnicos. Além disso, a partir da Constituição de 1988, o conceito passa por uma série de reformulações até chegar a atual significação de “comunidade com ancestralidade negra que compartilha de um mesmo território e de uma mesma cultura” (p. 49). As autoras adotam a ideia de ressemantização do conceito de quilombo proposta por José Arruti, que pondera que a mesma está fundamentada em três paradigmas: o de remanescentes; o de terras de uso comum e o de etnicidade, discutidos ao longo do capítulo.

Em um segundo momento a questão do território é apontada a fim de transpor uma geograficidade histórico-vivencial para um territorialidade político-fundiária. Para tanto, parte-se do pressuposto de que há um processo crescente de aproximação entre o conceito de território, em sua relação com o estado, com as reflexões de caráter mais

profundo sobre as formas do espaço vivido. A compreensão dessa geograficidade expressa na Comunidade São João se funda na investigação da genealogia e construção histórica da espacialidade de uma comunidade parental, para a partir disso, apontar uma territorialidade política-fundiária pautada na identidade étnica. A partir do viés antropológico disposto na Convenção nº. 169 e no Decreto Federal nº. 6.040, a questão do território quilombola perpassa pela noção da terra como propriedade e pela noção da terra como âncora de identidade, uma vez que são destacadas tanto concepções materialistas quanto identitário-idealistas do espaço. O valor histórico e existencial da terra para a comunidade passa a ser caracterizado e reconhecido pelo Estado como um “território de direito” dessas comunidades por meio da intervenção política-fundiária.

No terceiro capítulo desenvolve-se a reconstituição do processo de ocupação histórica das terras da comunidade por meio de relatos memorialísticos de pessoas idosas. As narrativas orais de membros da Comunidade São João forneceram informações e significações sobre os acontecimentos vividos em coletividade.

João Morato, um ex-escravo que trabalhou na mineração, foi identificado como o primeiro morador a fixar-se no local, dando origem à comunidade com sua descendência. A estrutura das relações de parentesco apresentada demonstra que se trata de uma comunidade familiar que foi ocupando a vasta área do sítio e sobrevivendo da caça, da pesca e de uma agricultura rudimentar. Com a agregação de novas famílias formou-se o que se denominou “Grande Quilombo”, que passou por um processo de fragmentação à medida que crescia em número e pela entrada de fazendas em suas terras. Dele foram divididas três comunidades quilombolas: João Sura, São João e Córrego do Franco, das quais a de São João é analisada mais profundamente nos seguintes aspectos: uso da terra; espacialidade dos grupos familiares pioneiros e atuais; inserção histórico-regional no Vale do Ribeira; reminiscências históricas e o patrimônio cultural da comunidade, citando memórias dos mutirões, das romarias, das festas religiosas, das rezas, dos velórios e dos partos. Também são citados elementos do patrimônio material, como as cercas “deitadas” dos criadouros coletivos, os cemitérios de crianças, o cruzeiro, ruínas de monjolos, alambiques, casas, fornos, etc.; e do patrimônio imaterial, como as técnicas construtivas, a culinária e a preparação dos alimentos, o emprego de ervas medicinais, os causos e os contos.

O quarto capítulo apresenta a organização social da comunidade, inicialmente identificando alguns marcos históricos que contribuíram para a compreensão de como os novos atores (fazendeiros, sitiantes, governo, assentados e palmiteiros) foram inseridos no cenário local, dando início a um processo que é denominado pelas autoras de “compressão espacial” das terras ocupadas pela comunidade.

A existência de “terras devolutas” incentiva grileiros a ocuparem o espaço do sítio, que estendem a área de suas fazendas e mostram-se uma ameaça para a comunidade e para o meio ambiente. O governo reduziu a terra das comunidades por meio das mais de vinte Unidades de Conservação (UCs) de caráter integral ou parcial, com vistas à preservação da Mata Atlântica, sem considerar a presença de populações tradicionais que historicamente ocupam a área. Além disso, essas terras sofreram um retalhamento, fruto de um reassentamento realizado na fase de implantação do Parque. Apenas quatro famílias permaneceram no local, as terras das demais passaram a ser de fazendeiros. Outra presença que ameaça constantemente os moradores locais são os palmiteiros, que fazem a extração ilegal do palmito Jussara, farto na região.

A redução e restrição do uso das terras a estreitas faixas à margem dos rios, o isolamento espacial e a situação precária de infraestrutura ocasionaram a migração dos mais jovens, a procura pelo trabalho informal dos que permanecem e a necessidade de ter duas residências, uma na comunidade e outra na cidade ou em outra área rural, como estratégias de sobrevivência.

Ainda no capítulo quatro, as autoras reconstróem toda a genealogia da comunidade, comprovando sua estrutura parental e mostrando como essas relações de parentesco asseguram os laços de identificação e o sentimento de pertença dos integrantes da comunidade, por meio das práticas tradicionais de caráter coletivo. Um exemplo é a Festa do Biju, detalhada pelas autoras.

A representação política e a constituição de redes também são abordadas. A comunidade é representada política e religiosamente por Osvando, quem tomou frente na organização da Associação de Moradores da comunidade em 2006. Por meio das atividades exercidas por esse líder, observou-se que a comunidade mantém redes extraterritoriais, em parte relacionadas a organizações governamentais ligadas ao processo de regularização fundiária, com outras comunidades quilombolas, com

organizações não governamentais e com uma comunidade religiosa na Barra do Turvo, onde são realizados cultos da Congregação Cristã do Brasil.

A questão da associação entre “desenvolvimento sustentável” e “populações tradicionais” permeia o quinto capítulo, intitulado “Relacionando ambiente e produção”. Nele as autoras buscam avaliar como a Comunidade São João caracteriza os ambientes naturais que vivencia e de que forma as atividades de produção agropecuária e de extração se articulam às características do meio ambiente. Essa análise partiu de uma abordagem etnocientífica, que contrapõe o conhecimento da comunidade com a visão do observador externo, ou seja, da equipe de pesquisa.

As condições do relevo, a hidrografia, os solos, a fauna e a flora foram analisados mais do que pela sua forma cientificamente explicável, mas considerando principalmente as percepções, os conhecimentos e os valores da cultura e da tradição local. Todos esses elementos permitem um conhecimento profundo sobre o “mundo” que os cerca e a formação de uma identidade territorial. As autoras, assim, verificaram que os elementos referenciais do relevo para fins de localização pela comunidade é uma forma de organizar o conhecimento sobre suas terras. Os caminhos e trilhas utilizados em suas práticas rotineiras, os nomes dados a rios e córregos revelam a percepção distinta da natureza e dos elementos particulares que a compõem e se destacam por algum motivo existencial ou histórico. O conhecimento do solo é a base para o aproveitamento dos recursos naturais e desenvolvimento da comunidade. Essa também constrói um autoaprendizado com o manejo consciente dos recursos vegetais, dispondo-os para diversos fins, de caráter curativo e artesanal. Além de apresentarem um conhecimento e vivência vastíssimos com a fauna local.

O conceito de etnodesenvolvimento é abordado para se referir ao desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade que detém o controle sobre suas terras, seus recursos, sua organização e sua cultura, sem priorizar o crescimento econômico. Na Comunidade São João a falta de infraestrutura e as adversidades locais impossibilitam os quilombolas de produzirem maiores quantidades para o comércio, o que os leva a venderem sua força de trabalho por baixo custo, mantendo os pequenos “roçados” apenas para autoconsumo. Algumas novas práticas agrícolas vêm sendo desenvolvidas por moradores, como a prática da agrofloresta e a

horta comunitária, pouco agressivas ao meio ambiente. A dinâmica agropecuária local é apresentada como potencialidade para um etnodesenvolvimento.

O estudo apresentado nessa obra desvela a geograficidade histórico-vivencial da Comunidade São João a partir da análise do histórico de ocupação, da dinâmica da organização socioespacial e da relação da comunidade com seu ambiente natural de vivência. Ao mesmo tempo buscou empreender a transposição desta geograficidade histórico-vivencial para uma possível territorialidade político-fundiária, na qual a comunidade reivindica a titulação de suas terras.

As pesquisadoras, e também autoras, realizaram uma trajetória de pesquisa bem definida e evidenciada em cada página do livro, aprofundando-a e comprovando-a por meio das entrevistas, dos documentos oficiais apresentados, das imagens, dos diagramas construídos juntamente com os moradores, do uso de diferentes técnicas de investigação. A obra no conjunto apresenta uma articulação entre todos os aspectos abordados da comunidade e a constituição de uma identidade quilombola singular. Além disso, permitiu a reconstrução da própria história pela comunidade, que participou ativamente da elaboração do livro.

Recebido para publicação em dezembro de 2012

Aprovado para publicação em janeiro de 2013